

25 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO CNJ teve aval do Banco Central para acessar dados

Mas liminares que travaram apurações nos
TJs também suspenderam a parceria

As liminares dos ministros Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que travaram a ofensiva do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre supostas irregularidades nos tribunais, tiveram outra consequência: elas suspenderam os efeitos de parecer da Procuradoria Geral do Banco Central que, em junho de 2011, autorizou o compartilhamento de informações entre o BC e a Corregedoria de Justiça.

O repasse de dados bancários, amparado na manifestação da procuradoria do BC, estava sendo realizado diretamente ao CNJ. Antes, esse procedimento era possível, mas exclusivamente por ordem judicial.

A estratégia, porém, virou alvo da ira de associações de magistrados quando tornados públicos os super contracheques da toga que, em muitos tribunais, superaram o teto constitucional. As entidades recorreram ao STF, que engessou o CNJ e abriu crise sem precedentes na cúpula do Judiciário brasileiro.

O parecer do BC, subscrito pelo procurador-geral da Instituição, Isaac Ferreira, destaca que o CNJ pode receber documentos sigilosos sem decreto da Justiça porque o conselho, conforme prega a emenda 45 (Reforma do Judiciário), integra a cúpula do Poder Judiciário.

Além disso, segundo a Procuradoria Geral do BC, o regimento interno do CNJ tem equivalência à lei – até que seja votada e aprovada a nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

O estatuto do CNJ permite à Corregedoria Nacional da Justiça examinar informações protegidas pelo sigilo.

Movimentações atípicas. Durante pelo menos seis meses vigorou o parecer emitido pela Procuradoria Geral do BC. Amparado nesse documento, o CNJ capotou pela via direta dados bancários dos magistrados.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda, abriu os dados de 206 mil juízes, servidores e familiares e entregou-os à Corregedoria.

O relatório do Coaf indica movimentações atípicas que somam R\$ 855 milhões em vários tribunais. O presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues, afirma que o relatório enviado ao CNJ não revela nomes.

O procurador-geral do BC afirma que foi orientado pela Advocacia-Geral da União (AGU). À Agência Brasil, ele declarou. “A Procuradoria-Geral do BC, sob orientação da AGU, fixou a orientação legal da possibilidade de atendimento de requisições da Corregedoria Nacional de Justiça. E assim o fez porque toda a norma que integra o ordenamento jurídico tem presunção de constitucionalidade.”

No entanto, a própria procura-

doria do BC advertiu que essa interpretação ainda não era definitiva. O parecer, que as liminares dos ministros do STF suspenderam, fazia uma ressalva. “Por se tratar de regra jurídica cuja validade não foi, até o presente momento, suprida por lei superveniente, e cuja constitucionalidade não foi, até aqui, afastada por julgamento dotado de eficácia erga omnes (que vincule a todos) e efeito vinculante do STF, sua higidez normativa deve ser reconhecida, estando o Banco Central do Brasil compelido ao atendimento das requisições.”

O parecer da Procuradoria do BC ficou sem efeito já no dia seguinte às liminares despachadas pelo STF. O procurador do BC entendeu melhor aguardar a decisão de mérito do Supremo. Documento subscrito por Ferreira em 20 de dezembro atesta. “As decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, embora proferidas em cognição sumária, lançam dúvidas sobre a extensão dos poderes requisitórios do Conselho Nacional de Justiça, recomendando cautela da parte do supervisor do Sistema Financeiro Nacional.”

ISAAC FERREIRA

PROCURADOR-GERAL DO BC

“A Procuradoria-Geral do BC, sob a orientação da AGU, fixou a orientação legal da possibilidade de atendimento de requisições da Corregedoria. E assim o fez porque toda a norma que integra o ordenamento jurídico tem presunção de constitucionalidade”
“As decisões recentes do Supremo lançam dúvidas sobre a extensão dos poderes do Conselho Nacional de Justiça”

CONTINUA

25 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



Interrupção. Lewandowski e Marco Aurélio acataram os pedidos de liminar que paralisaram a investigação do CNJ no País

25 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

A magistratura contra o Coaf

Estimuladas pelas liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenderam a prerrogativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de investigar juízes e desembargadores acusados de irregularidades, as entidades da magistratura agora querem limitar as funções do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O Coaf é a agência de inteligência financeira do governo e um dos pilares da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, juntamente com a Receita Federal, o Banco Central, a Controladoria-Geral da União, a Procuradoria da República e dezenas de outros órgãos públicos – inclusive o Judiciário.

A ofensiva contra o CNJ partiu da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) – que é presidida por um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo – Corte que vem sendo investigada por ter beneficiado duas dezenas de magistrados com o pagamento antecipado de antigos passivos trabalhistas. A ofensiva contra o Coaf partiu da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), que é presidida por um magistrado aposentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) – Corte onde 107 dos 178 desembargadores estariam recebendo por mês quase o dobro do teto salarial do setor público, que é de R\$ 26,7 mil. Em maio de 2011, a remuneração bruta de 112 desembargadores do TJRJ superou R\$ 100 mil. Em 2011, alguns de-

seembargadores receberam R\$ 400 mil, só com penduricalhos – como auxílio-refeição, auxílio-alimentação e auxílio-creche.

O ministro do STF que concedeu uma das duas liminares que suspenderam o poder de investigação do CNJ acusou o Coaf, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, de acessar dados bancários sigilosos da magistratura e de repassá-los para o CNJ. “O STF tem um encontro marcado com o Coaf. A atuação do órgão não se coaduna com a ordem constitucional”, disse ele. Em defesa do Coaf, delegados da Polícia Federal e membros do Ministério Pú-

Se as prerrogativas do Coaf forem suspensas, haverá dano insanável para uma batalha séria

blico afirmaram que o esvaziamento do órgão comprometerá o combate à corrupção. A diretora do Departamento de Recuperação de Ativos, do Ministério da Justiça, Camila Colares, disse que “não se pode conceber um sistema de combate à lavagem de dinheiro sem o Coaf”.

O esvaziamento do Coaf seria um imenso retrocesso institucional. O órgão integra o Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), que foi criado há 23 anos pela OCDE para coibir lavagem de dinheiro da corrupção, do crime organizado e do terrorismo. Na ocasião, o antigo G-7 – hoje G-20 – incluiu o Brasil na lista negra de países que apresentavam riscos para negócios internacionais. Desde então, outros organismos multilaterais –

como a ONU e o FMI – propuseram a todos os países a adoção de medidas penais padronizadas para coibir a corrupção. Depois de terem sido implantadas na Europa, elas foram incorporadas por várias nações asiáticas. Em 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso negociou com o Gafi a criação do Coaf e o presidente Lula teve o mérito de aprofundar a iniciativa, assinando tratados bilaterais com a Suíça, Inglaterra e Alemanha. Pelas regras do Gafi, os países a ele filiados são submetidos a avaliações periódicas – a próxima avaliação do Brasil está prevista para fevereiro.

Integrado por auditores e programadores de sistemas, ao contrário do que afirmam seus inimigos, o Coaf se limita a detectar movimentações nas contas bancárias consideradas atípicas e a informar os órgãos de controle. Em outras palavras, ele identifica as operações financeiras, mas não os autores – como acusam os desembargadores. Por isso, a premissa que está por trás do recurso da Andes – no sentido de que o Coaf violaria direitos assegurados pela Constituição – carece de fundamento.

Em suas últimas avaliações, o Gafi afirmou que o Brasil evoluiu de forma extraordinária no combate à corrupção, mas advertiu para a necessidade de maior articulação dos Três Poderes, cobrando mais empenho especialmente do Judiciário. Caso suspenda as prerrogativas do Coaf, como fez com o CNJ, o STF anulará tudo o que foi conquistado pelo País, nas últimas décadas, em matéria de combate à corrupção.

25 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do TJ-Rio atribui altos salários à falta de juízes

'Falta de juiz' justifica altos salários no Rio

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, disse ontem à rádio *Estadão ESPN* que o número insuficiente de magistrados é uma das razões para os altos salários na corte. "Os juízes acumulam funções e trabalham dobrado", afirmou.

Desembargador diz que há 185 vagas a preencher e que em muitos casos substituições elevam as parcelas a pagar

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, disse ontem que a falta de magistrados no Estado é uma das razões para os altos salários pagos a desembargadores e juízes, revelados ontem pelo Estado. Os que acumulam funções recebem acréscimo de um terço do salário-base como gratificação. Segundo o desembargador, também é comum que os magistrados vendam uma das duas férias a que têm direito por ano.

"Temos 185 cargos vagos de magistrados, do total de 800 juízes e desembargadores. Os juízes acumulam as funções e trabalham dobrado. Por absoluta necessidade, é feito um apelo aos desembargadores para que acumulem também", explicou Rebêlo. Segundo ele, a carência de magistrados "faz com que a administração peça ao juiz para vender férias. É uma decisão pessoal. Se ele precisa de dinheiro, pode vender as férias acumuladas".

De manhã, em entrevista à rádio *Estadão/ESPN*, Rebêlo explicou que as 184 vagas existem,

nos quadros da Justiça fluminense porque o concurso é difícil e a formação nos cursos de advocacia é muito fraca. "No último concurso, apenas três candidatos foram aprovados. Houve um concurso em que só passou um", recordou. Argumentou ainda que a remuneração paga a juízes "não atrai grandes advogados".

Parcelas. Além disso, o pagamento retroativo de dois benefícios eleva a remuneração em até R\$ 29 mil mensais. A Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) é paga aos magistrados que já estavam no cargo entre 1993 e 1997. O valor gira em torno de R\$ 12 mil a R\$ 16 mil, dependendo da categoria do magistrado e do tempo de serviço. Já o abono variável vai de cerca de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil.

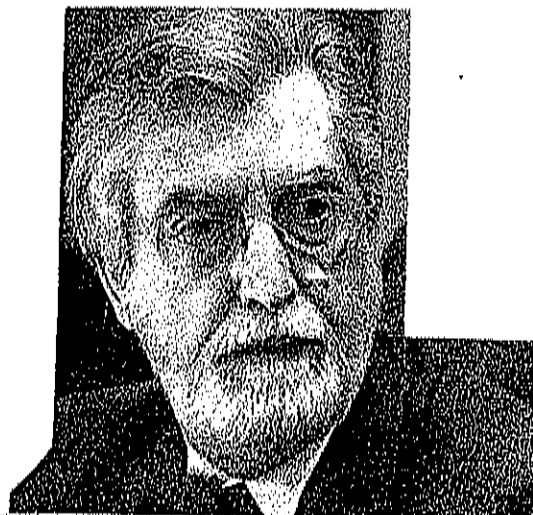
O presidente do TJ deu um exemplo hipotético: "O magistrado que recebe R\$ 24 mil (salário-base do desembargador), se receber a PAE de R\$ 16 mil já passa para R\$ 40 mil. Se vendeu um mês de férias, recebe mais R\$ 30 mil e vai a R\$ 70 mil." Se este magistrado acumular a função de outro colega, terá mais R\$ 8 mil mensais. E ainda recebe cerca de R\$ 3 mil de abono variável. Com isso, a remuneração já passaria a R\$ 81 mil naquele mês.

Manoel Rebêlo dos Santos não soube explicar o pagamento de R\$ 517,7 mil a um único desem-

bargador, em dezembro de 2010. Mas disse que, em casos de aposentadoria ou de saída do TJ por outras razões, é comum que vendam todas as férias. Seu cálculo é de que 250 juízes e desembargadores acumulam funções ou participam de mutirões para garantir o andamento dos processos.

Rebêlo evitou comentar a cruzada da corregedora do Conselho Nacional de Justiça pela transparência nas folhas de pagamento do Judiciário, mas defendeu os colegas. "Vocês não fazem ideia da carga horária de um magistrado. Nós não recebemos hora extra. Não nos podem ser imputadas culpas que não temos. Tenho o maior interesse em que o CNJ venha aqui. Eles vão ver que não há nada errado".

Esteano, adiantou, haverá concurso para 50 juízes substitutos (salário-base de R\$ 20,677,85 mensais). Há mais de 6 mil candidatos. Ele pretende conversar com o governador Sérgio Cabral sobre a necessidade de o Estado repassar ao Judiciário 6% da receita anual, "o que não tem sido feito".



Acúmulo. Rebêlo atribui altos valores pagos a trabalho extra

25 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Sartori vai abrir pagamentos do TJ paulista

● O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, anunciou ontem que vai abrir no site da corte as planilhas com dados sobre os valores dos subsídios de todos os magistrados. A medida acata a Resolução 102 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre transparência nos tribunais. Sartori ressaltou, porém, que os nomes dos juizes serão preservados e que a publicação vai incluir os vencimentos e informações relativas a verbas devidas que, segundo ele, atingem o limite de um terço sobre o contracheque. "São direitos pretéritos, estão lá guardados nos cofres do Estado. Devia ser pago tudo. Se tivesse dinheiro no orçamento pagava tudo, magistrado com direito a R\$ 1 milhão recebia tudo." O presidente afirmou que em sua corte não há desrespeito ao teto. "Aqui não temos distorções de valores. Pagamento de atrasados não é salário."

25 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça cancela liminar e nega acesso à redação

Estudantes que prestaram o Enem em 2011 não poderão ver a correção de suas provas; em decisão, desembargador critica 'politização' de falhas

A Justiça suspendeu liminar e negou o acesso à redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para todos os candidatos que fizeram as provas em 2011. A decisão do Tribunal Regional Federal da 5.^a Região (TRF-5) saiu ontem, dia em que Aloizio Mercadante (PT) assumiu o Ministério da Educação (MEC).

O ministério recorreu da decisão da Justiça Federal no Ceará, que atendera a pedido do Ministério Público Federal para a concessão de vistas das provas. O recurso foi apresentado na sexta-feira ao presidente do TRF-5, Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Na decisão, Lima diz "saltar aos olhos a mais aparente politização das questões relativas ao Enem". "Se, de um lado, o exame ainda não ostenta a qualidade operacional desejada, de outro não pode ser ignorado o descuido com que vem sendo judicialmente combatido."

O MEC sempre alegou não ter condições tecnológicas de permitir a consulta aos espelhos das provas de 2011. Na apelação, ressaltou que firmou em agosto do ano passado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o MPF, no qual o governo se compromete a dar vistas à redação apenas a partir da edição de 2012 do Enem.

Assim que as notas do exame foram divulgadas, estudantes começaram a reclamar da correção da redação. Mais de 120 candidatos conseguiram ter acesso aos textos por meio de ação judicial. Além de não permitir vistas da prova, o edital do Enem 2011 vetou recurso de alteração da nota.

Como o Estado revelou, o MEC mudou 130 notas - uma delas depois de decisão judicial, a da estudante carioca Bianca Pei-

xoto, de 17 anos. Ao ter vista da redação, Bianca pôde conferir que recebeu do primeiro corretor nota 800, do segundo, zero e do terceiro, 440. Inconformada tanto com a nota final quanto com a disparidade entre as avaliações dos corretores, a estudante recorreu à Justiça novamente. Na própria resposta do MEC, porém, havia uma incoerência: o texto dizia que sua nota era 680. A Justiça garantiu a mudança.

A redação é o fator que mais pesa na nota final do Enem. Especialistas criticam o sistema de correção, que seria falho.

Inquérito. A Polícia Federal vai pedir ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pelo Enem, detalhes sobre a quantidade de questões que constam do seu banco de dados e quantas já foram pré-testadas. O novo pedido vem depois de o MPF solicitar à PF que aprofundasse o inquérito que indiciou um professor e uma funcionária do Colégio Christus, de Fortaleza, pelo adiantamento a alunos de questões que caíram no Enem. A PF concluiu que os dois foram responsáveis pelo desvio de dois cadernos de questões de pré-teste aplicado na escola em 2010.

Juiz suspende decisão sobre lei do piso em SP

A Justiça de São Paulo suspendeu ontem liminar que exigia da Secretaria Estadual de Educação alteração das regras relacionadas à jornada extra-aula dos professores. Assim, continuava valendo resolução do governo e não a proposta do sindicato.

A Lei Nacional do Piso exige que o docente tenha um terço da jornada dedicado a atividades fora da sala de aula. A Apeoesp, sindicato dos docentes, exigia que sete aulas fossem reduzidas na jornada de 40 horas semanais.

A proposta da secretaria reservou uma aula por semana para esse fim - em uma jornada de 40 horas, o professor dará 32 aulas. A medida ainda oficializou como tempo extraclasses os minutos que o professor tinha para cada aula dada, uma vez que a duração da hora de trabalho paga é de 60 minutos - 50 são para ministrar aula. Os minutos eram uma complementação para ser usada em atividades ligadas à docência.

Na decisão, o juiz Antonio Celso Cortez considerou "como razoável a consideração do tempo de 10 (ou 15) minutos como de atividade extraclasses".

O ESTADO DE S. PAULO

GILBERTO KASSAB 25 JAN 2012

Crack - hora de unir responsabilidades

Aluta contra o crack e a discussão polêmica sobre método de internação, tratamento e recuperação de químicos dependentes estão diariamente na mídia. É assunto tão antigo quanto complexo e merece reflexão apurada.

A realidade é que o consumo do crack começou no final dos anos 1980 e em menos de 20 anos se difundiu por todo o País. É hoje grave problema de saúde pública e sério desafio para o aparato policial que tenta, na raiz do problema, conter o tráfico e a entrada da cocaína - origem do crack - no Brasil.

Trata-se de encarar uma epidemia que hoje assola cidades médias, pequenas e até a zona rural, atingindo todas as classes sociais. Assim, a atuação do Ministério da Saúde é bem-vinda. Usaremos todos os recursos oferecidos, como sempre usamos, pois esse problema só pode ser enfrentado somando esforços e verbas dos três níveis de governo.

Não é hora de apontar culpados nem de alimentar pendências eleitoreiras. É hora, sim, de também prover de mais recursos as forças que combatem os traficantes. Mais investimento e maior concatenação de ações certamente trarão resultados ainda melhores. É hora de os protagonistas da área jurídica se debruçarem sobre os limites legais que ainda impedem internações urgentes e necessárias.

A mídia contou o drama de grávidas usuárias de crack. Identificamos na região da Luz entre 20 e 30 gestantes e sua internação ou seu tratamento exigem legislação específica... ainda não existente. A mídia foi dura, há alguns meses, quando se iniciou no País uma discussão sobre a internação compulsória de

dependentes em surto e situação de risco. Temos de avançar, respeitando os direitos humanos, sim, mas criando soluções que salvem vidas.

Vejam bem, não faltam abrigos para acolher e encaminhar pessoas em situação de risco, nem vagas para os tratamentos possíveis. Sobram vagas e refeições, toda noite. E, em especial, o abrigo da Rua Prates, que será inaugurado em breve com suas 1.200 vagas e integrará no mesmo espaço atendimento social e médico especializado, nunca foi óbice para nenhuma ação conjunta de combate ao crack.

A ação policial está sendo cumprida com profissionalismo. Exageros, que podem ocorrer em situações tensas como essa, foram prontamente realinhados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, que segue com a repressão ao tráfico. Isso é vital.

Com a ação policial, os dependentes dispersaram-se, continuam a perambular pela região. E nossos agentes continuam a abordá-los, como sempre fizeram. O que mudou foi a reação às abordagens: em dez dias conseguimos 87 internações, quando a média mensal era de 93.

O fato de a Prefeitura também estar dificultando o tráfico com demolições e limpeza de reductos, esconderijos e lacração de prédios inseguros leva os dependentes a aceitar ajuda com mais facilidade. Temos 200 agentes comunitários de saúde abordando os dependentes, criando vínculos, e já tornamos viáveis, desde 2009, 2.950 internações, sendo 2.400 relativas à dependência. As ações conjuntas do Estado e da Prefeitura na região da cracolândia (futura Nova Luz) se fortalecem desde então, com a Ação Integrada Centro Legal.

Implantamos sete unidades de saúde na região central, duas delas funcionando 24 horas, todas com estrutura para atender moradores em situação de rua, principalmente sob dependência química. Dos 72 Centros de Atenção Psicossocial em funcionamento, 22 são para dependentes. Temos também 290 vagas contratadas em comunidades terapêuticas, uma clínica própria com 80 vagas para internações breves, além de 980 leitos em hospitais psiquiátricos e gerais. Essa rede própria representa um investimento anual superior a R\$ 200 milhões, 84% deles custeados exclusivamente pela Prefeitura.

Mesmo que não aplicássemos mais nada no setor, até 2014 a Prefeitura destinará na capital R\$ 600 milhões. Mas os R\$ 514 milhões que o Ministério da Saúde anuncia, no mesmo período, para investir em todo o Estado, certamente ajudarão.

Em meio à veiculação de tantas críticas e desinformação, é de justiça que, como prefeito, me permito ressaltar o esforço das nossas Secretarias de Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social. Aplaudimos o ministro Alexandre Padilha, da Saúde, que anuncia os Consultórios de Rua, e é um orgulho sermos precursores nesse serviço, com o nosso programa Saúde nas Ruas.

A pedido do ministério, uniformizaremos o nome para Consultórios de Rua. A mudança de nome não altera, ao contrário, fortalece a integração necessária para que o serviço seja expandido e prestado com maior eficiência.

Há muito a fazer pelos dependentes, vítimas de querelas eleitoreiras que em nada ajudam o País

CONTINUA

25 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Estamos confiantes, também, em que o Ministério da Saúde possa, nessa linha de ação, liderar e acelerar a discussão da política e da legislação e concretizar a construção de um consenso técnico-científico sobre o enfrentamento do crack. A Prefeitura avançou ao incluir e comprovar a importância das comunidades terapêuticas para intervenções de médio e longo prazos.

Continuaremos unidos com a União e o Estado nessa luta e em outras parcerias, pois é dever da autoridade pública tornar viáveis ações conjuntas que beneficiem a população. Não há mais tempo a perder, e o País ganhará ao recuperar o tempo até aqui perdido, perseguindo o objetivo maior, que é o de recuperação de brasileiros que merecem um destino maior. Erguê-los, encaminhá-los para tratamento, reencaminhá-los para a vida – esse é o desafio.

Enfim, há muito a fazer pelos químico-dependentes, para protegê-los e reincluí-los socialmente, principalmente jovens e menores abandonados pela sorte, pela família e vítimas de décadas de indefinições e infrutíferas querelas eleitoreiras, que em nada ajudam o Brasil.

●
ENGENHEIRO E ECONOMISTA,
É PREFEITO DE SÃO PAULO

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESDE 1973

25 JAN 2012

Novo Código de Processo Civil será votado em março

Texto já foi aprovado no Senado e
recebeu 900 emendas do Congresso

Em tramitação em uma comissão especial da Câmara dos Deputados, o novo Código de Processo Civil (CPC) deverá estar pronto para ser votado no plenário da Casa até o início de março. Essa é a expectativa do presidente da comissão, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), que quer concluir a votação do relatório final do deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA) até o fim de fevereiro.

"Se depender de mim, os trabalhos serão ágeis porque precisamos dar ao país um novo código. O atual, de 1973, é de antes da internet e, portanto, de antes da comunicação digital", afirmou.

O novo texto, que já foi aprovado no Senado, recebeu na Câmara 900 emendas, além de centenas de contribuições feitas pela internet por cidadãos em geral. Algumas dessas sugestões foram incorporadas pelos cinco sub-relatores. Agora, a comissão precisará votar todas as emendas apresentadas, por parlamentares para fechar o texto final do relator-geral.

De acordo com Trad, existem três pontos mais polêmicos e que, portanto, receberam mais emendas. O primeiro deles trata do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). O mecanismo foi criado pelo texto original do Senado e visa pacificar a legislação em casos onde juízes de diferentes pontos do país podem dar sentenças contraditórias.

Com ele, o Tribunal de Justiça

de um estado pode, ao ser provocado pelos juízes de primeira instância, baixar uma resolução para que uma tese aplicada em um caso se estenda aos outros processos idênticos àquela. Assim, economiza-se tempo e recursos do Judiciário que seriam gastos julgando processos iguais individualmente. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou o Supremo Tribunal Federal (STF) também podem baixar uma IRDR que valerá em todo o país. "Penso que esse primeiro instituto vai gerar polêmica porque veio do direito alemão e lá é um país territorialmente menor que o nosso. Aqui acho que vamos precisar de adaptações", disse Trad.

O segundo ponto polêmico, na opinião do presidente da comissão especial, é o que trata de demandas corporativas. Fábio Trad explica que alguns profissionais ligados ao direito querem que o novo código inclua demandas relacionadas às suas áreas, o que pode provocar conflitos. Segundo ele, esse é o caso dos advogados, que pedem que todo o Judiciário fique parado por 30 dias para que eles possam tirar férias.

"Essas questões corporativas tendem a gerar antagonismos porque existem outros setores que podem se sentir prejudicados", explica o deputado. Outro exemplo de demandas corporativas citadas por Trad são dos advogados públi-

cos. Eles querem ter direito a um percentual sobre as causas que ganharem para a União a título de honorários.

O último ponto citado pelo presidente da comissão que foi alvo de grande parte das emendas é o que trata dos recursos de apelação. Atualmente, quando uma das partes recorre de uma sentença em primeira instância, ela pode requisitar que a decisão não seja aplicada enquanto o recurso não for julgado. No modelo que está sendo proposto com o novo código, a sentença já começa a produzir efeito imediatamente. Apenas quando o relator da segunda instância é provocado pode determinar a suspensão dos efeitos da primeira decisão.

O texto inicial do novo código foi elaborado por uma comissão de juristas no Senado e pretende modernizar a legislação, uma vez que o CPC atual é de 1973 e é considerado obsoleto por juristas em geral. As principais mudanças visam agilizar o processo civil, diminuindo o número de recursos e instrumentos protelatórios em geral e incentivando resoluções de conflitos por meio de conciliação. O projeto original foi aprovado no Senado no fim de 2010 e deverá voltar à Casa após as mudanças feitas pela Câmara.

25 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

XXI Congresso Brasileiro de Magistrados começa a ser traçado

As Comissões Central, Científica e Organizadora do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados, se reuniram, na última segunda-feira (23), para traçar as diretrizes do evento, que acontece entre os dias 21 e 24 de novembro, em Belém, capital do Pará. O encontro foi aberto pelo Presidente da AMB, Nelson Calandra, na sede da Associação, em Brasília.

Calandra destacou os desafios para a realização do Congresso e a importância do evento. "Em 62 anos de existência, será a primeira vez que a AMB realizará um congresso como esse na região Norte. Trata-se, sem dúvida, de um momento histórico", afirmou o Presidente da AMB.

Durante a reunião foram discutidos os regulamentos que norteiam o evento, a possibilidade de envolver a comunidade local com a programação do encontro e uma possível participação de representantes do Judiciário dos países que fazem fronteira com o extremo Norte do Brasil. Os itens foram apontados pelas Comissões Central e Organizadora, que voltam a se reunir, respectivamente, dias 6 e 13 de fevereiro.

Em paralelo, os membros da Comissão Científica se reuniram para tratar dos temas a serem apresentados nos painéis e debates do Congresso. A reunião foi conduzida pelo Presidente da Comissão, Milton Nobre. Entre as sugestões apresentadas, estão o atual cenário da Magistratura, a segurança de Juízes e Fóruns e questões relativas a Magistrados aposentados e pensionistas.

25 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Norma do Executivo não vale para servidor da Justiça

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro não terá de pagar ajuda de custo a cerca de 350 servidores do Judiciário estadual fluminense, que foram removidos para comarcas distantes de seu domicílio. A decisão, unânime, da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, não acatou argumento do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio.

De acordo com o entendimento do colegiado, as normas que permitem o pagamento só são aplicáveis aos funcionários do Poder Executivo. "Os benefícios nelas previstos não podem ser estendidos aos servidores do Judiciário, ante a ausência de expressa previsão legal", disse a relatora do recurso, ministra Laurita Vaz.

25 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TST e Corregedoria do CNJ estudam utilização de CNDT contra fraudes à execução

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a Corregedoria Nacional de Justiça estudam a possibilidade de normatizar a exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) em todos os cartórios do Brasil para as transações referentes a transferências de imóveis e partilhas de bens em separações e divórcios. O secretário-geral da Presidência do TST, juiz Rubens Curado Silveira, e o juiz auxiliar da Presidência Marcos Fava se reuniram na quarta-feira (18) com juízes auxiliares da Corregedoria Nacional, vinculada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para discutir o assunto.

A intenção, ao estender a exigência da CNDT a outras situações além da prevista na Lei 12.440/2011, relativa à participação em licitações públicas, é reforçar seu papel como instrumento de combate às fraudes à execução, geralmente configuradas por meio da venda de imóveis e da transferência de bens para cônjuges. "A apresentação da CNDT nessas situações dará segurança a toda a sociedade, sobretudo a compradores de boa-fé, que até então não tinham um instrumento nacional para saber se o vendedor tinha dívidas perante a Justiça do Trabalho", explica o secretário-geral da Presidência do TST. "Por isso, poderia ser surpreendido, depois do negócio ou da transferência do imóvel numa separação, por uma decisão judicial decretando a sua nulidade, em função da fraude".

A jurisprudência do TST considera fraude à execução os casos em que, na existência de um processo em andamento que possa levar o empregador à insolvência, ele aliena bens para evitar a sua perda – simulando sua venda para um terceiro ou transferindo-o para o ex-cônjuge num processo de separação judicial realizado com esta finalidade. Há casos, ainda, em que a transação é feita regularmente com um comprador desavisado, que mais tarde pode ter de provar judicialmente que adquiriu o imóvel de boa-fé. Nesses casos, a existência da certidão emitida pela Justiça do Trabalho atestando a existência de dívidas, embora não impeça a conclusão da transação, permitirá ao comprador fazê-la ciente dos riscos e implicações que podem recair sobre o imóvel.

25 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

TJ-SP descumpre regra do CNJ ao não divulgar pagamentos a juízes

Presidente da corte afirma que vai passar a publicar os dados

O Tribunal de Justiça de São Paulo descumpre regra de transparência estabelecida pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) ao não publicar em seu site na internet a relação de pagamentos de verbas atrasadas a juízes.

Os desembolsos fora do padrão feitos a 29 desembargadores do TJ entre 2006 e 2010, que supostamente violaram o princípio da isonomia e são alvo de investigação pela corte, estão entre os dados que não foram publicados na página oficial do tribunal.

A regra de transparência está prevista na resolução 102 do CNJ, editada em dezembro de 2009. O texto determina que os tribunais do país publiquem na internet todos os pagamentos feitos a magistrados, inclusive as quitações de retroativos, desde 2007.

De acordo com a resolução, as páginas das cortes devem possuir um campo com a palavra "transparência" para facilitar o acesso aos dados.

Porém, os nomes dos magistrados que recebem as remunerações não devem constar nas publicações, segundo a norma do conselho.

O TJ obedece parcialmente à resolução, ao permitir em seu site a consulta dos pagamentos feitos a título de salário, um terço de férias, antecipação de 13º salário e abono de permanência.

O descumprimento de resoluções pode levar o CNJ a abrir procedimentos administrativos disciplinares — a pena máxima é a aposentadoria compulsória.

O recém-empossado presidente do TJ, Ivan Sartori, disse que os pagamentos de verbas atrasadas passarão a ser publicados no site da corte.

Sartori afirmou ainda que as quitações de passivos fora da ordem padrão do TJ terão um critério na gestão dele.

Os pagamentos extraordinários só poderão ser feitos em casos de doença, terão que corresponder a um período de férias não gozadas e não poderão superar o valor de um terço do salário dos juízes. Dois magistrados já foram pagos com base nesses novos critérios.

25 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

90% aprovam internação involuntária

Datafolha mostra que, para maioria, viciados em crack devem ser internados para tratamento mesmo que não queiram

Conselho Federal de Psiquiatria é contra a medida, mas alguns defendem para casos agudos de vício

É quase uma unanimidade: 9 em cada 10 brasileiros acham que os viciados em crack devem ser internados para tratamento mesmo que não queiram. É o que mostra pesquisa nacional do Datafolha feita na semana passada.

Questionados se um adulto dependente de crack deveria ser internado para tratar seu vício mesmo contra a vontade, 90% dos entrevistados disseram que sim.

A concordância é praticamente a mesma entre homens e mulheres e em todas as faixas etárias. Cai um pouco entre os moradores do Sul (86%), os que têm ensino superior (84%) ou renda acima de dez mínimos (79%).

ABUSO

A chamada internação involuntária (feita à revelia do paciente/viciado) é prevista na lei 10.216, de 2001, que trata de doentes mentais.

Ela exige a recomendação de um médico e que seja comunicado o Ministério Público em até 72 horas, para que se evitem abusos.

O tema voltou a criar polêmica com o lançamento, em dezembro, do plano de combate ao crack do governo federal e com a ação da Polícia

Militar na cracolândia paulistana, iniciada no dia 3 deste mês pelo governo do Estado de São Paulo.

POLÊMICA

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, defendeu a internação involuntária dos craqueiros. Ganhou o apoio de alguns psiquiatras e o repúdio de psicólogos.

O psiquiatra Marcelo Ribeiro, professor na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e um dos organizadores do livro "O Tratamento do Usuário do Crack", afirma que a internação involuntária não é para todo mundo, mas deve ser considerada para aqueles que estão numa fase aguda do vício, quando o drogado perde a capacidade de escolher se deixa ou não o consumo do crack.

Segundo Ribeiro, a medida, nesses casos, é o primeiro passo para que a pessoa seja desintoxicada e possa recuperar a condição de analisar a própria vida.

"Deve durar de duas a quatro semanas. Aí ela recebe alta e é encaminhada para um tratamento de longa duração, que será conduzido se o viciado concordar", afirma.

Já o Conselho Federal de Psicologia é contra.

O presidente do órgão, Humberto Verona, diz que a internação involuntária não pode ser vista como sinônimo de tratamento.

"O que querem fazer é apenas uma limpeza das ruas. Essas internações são, muitas vezes, pura privação da liberdade ou uma forma de aplacar a culpa das famílias dos viciados", afirma.

Para Verona, a maioria da população apoia a medida por ter a ilusão de que, feita a internação, o problema do drogado está resolvido.

Outro argumento dos que discordam da internação sem o consentimento dos doentes é que os direitos deles estariam sendo violados.

Cid Vieira de Souza Filho, presidente da Comissão de Estudos sobre Educação e Prevenção de Drogas e Afins da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil) rebate.

Para ele, o que se vê nas cracolândias são pessoas que atentam contra a própria vida e a dos outros. "Nesses casos, o Estado deve agir de forma enérgica para garantir a vida", afirma.

Apesar de divergências, todos concordam num ponto: a adesão voluntária a um tratamento de longo prazo é essencial para que o viciado abandone de vez as drogas ou ao menos retome uma vida familiar e profissional.

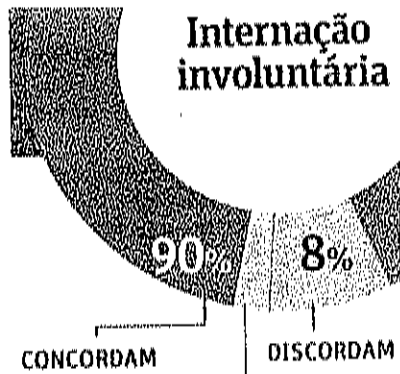
O Datafolha ouviu 2.575 maiores de 16 anos em 159 cidades. A margem de erro é de dois pontos percentuais — para mais ou para menos.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

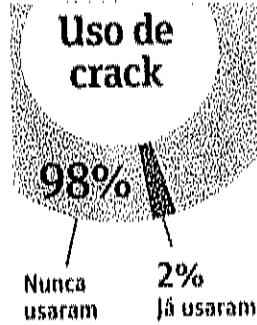
CONTINUAÇÃO

25 JAN 2012

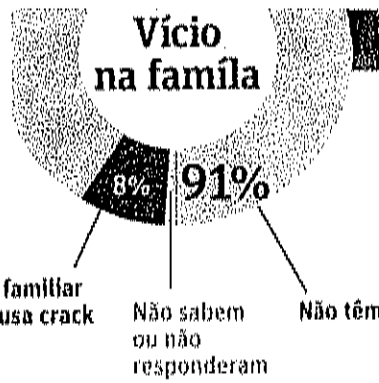


CONCORDAM DISCORDAM

Não sabem ou não responderam



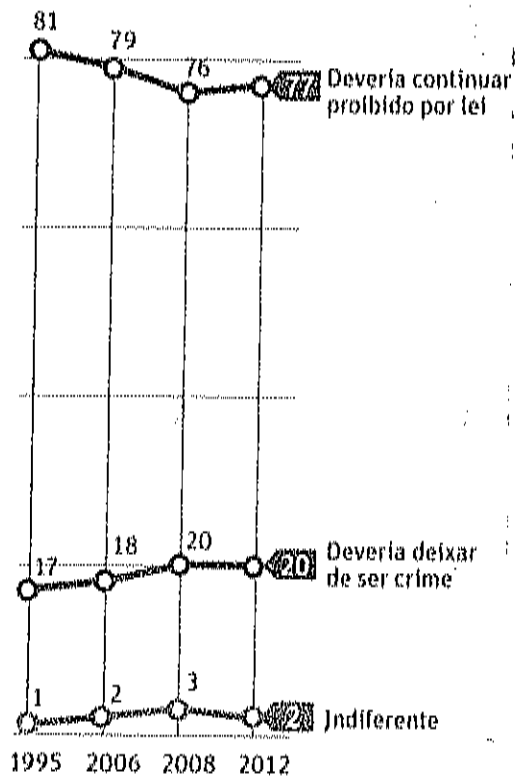
Nunca usaram Já usaram



Têm familiar que usa crack Não sabem ou não responderam Não têm



Evolução da opinião sobre descriminalização da maconha, em %



CONTINUA

25 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

2% admitem já ter fumado crack, e 8% têm algum familiar viciado

A pesquisa Datafolha mostra que 2% dos brasileiros com mais de 16 anos admitem já ter experimentado o crack. Isso significa cerca de 3 milhões de pessoas.

É pouco mais que o dobro da estimativa de usuários da droga no país (1,4 milhão), o que inclui também menores de 16 anos.

O percentual é maior na região Sul (3%) e entre os que têm baixa escolaridade (3% naqueles que no máximo concluíram o ensino fundamental e de 1% entre os que possuem nível superior).

Quando questionados se ainda usam a droga, o índice cai para zero, o que pode ajudar os que querem desmentir a ideia de que o crack é uma droga altamente viciante desde o primeiro contato.

O percentual é o mesmo encontrado numa pesquisa feita nos Estados Unidos em 2001: 2% da população daquele país com mais de 12 anos afirmaram que já haviam fumado crack ao menos uma vez na vida.

Mas o contato com a droga tem caído nos Estados Unidos, ao contrário do que acontece no Brasil, mostram outras pesquisas.

Em 2002, 337 mil americanos afirmaram ter experimen-

tado crack no ano anterior.

O número caiu para 83 mil em 2010.

Outro dado que mostra a penetração do crack no Brasil é que 8% dos entrevistados dizem ter alguém na família que atualmente usa a droga.

Numa entrevista recente, até o diretor do Denarc (Departamento de Investigações sobre Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo), Wagner Giudice, disse ter um primo viciado em crack.

USO E CRIME

O levantamento do Datafolha mostra também que a posição do brasileiro com relação às drogas, principalmente a maconha, não mudou nos últimos anos.

Hoje, 77% dizem que fumá-la deve continuar a ser crime.

É quase o mesmo percentual apurado em agosto de 2006 (79%) e em março de 2008 (76%).

O índice era um pouco mais alto há 17 anos, em março de 1995 (81%).

O maior percentual de pessoas a favor da descriminalização é encontrado na região Sul (25%). O menor, no Nordeste (16%).

Sobre outras drogas ilícitas, 91% firmam que seu consumo deveria continuar proibido.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende acesso a redação do Enem 25 JAN 2012

Tribunal Regional Federal suspendeu liminar que libera o acesso às provas e às correções para todos os candidatos

Em sua decisão, presidente do órgão critica 'aparente politização de questões relativas ao exame'

O TRF-5 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região) suspendeu ontem a liminar da Justiça Federal no Ceará que determinava o acesso às provas e aos espelhos de correção das redações do Enem 2011 para todos os candidatos do país. Quem quiser ter acesso aos dados deve recorrer à Justiça.

Na decisão, o presidente do órgão, Paulo Roberto de Oliveira, diz "saltar aos olhos a mais aparente politização das questões relativas ao Enem".

De acordo com o magistrado, além da ação ajuizada pelo Ministério Público Federal no Ceará ter sofrido dois adiamentos, o Inep (órgão do Ministério da Educação responsável pelo exame) já havia se comprometido a liberar o acesso às redações em 2012.

"Com efeito, a disponibilização das provas quer-se feita a 3.881.329 candidatos (...). Mas nem todos o postularam, e talvez somente uns poucos estejam insatisfeitos com a nota obtida", afirmou.

Autor do pedido de liberação do acesso à redação, o procurador Oscar Costa Filho afirmou que vai recorrer "até o Supremo [Tribunal Federal] se for preciso" para garantir o direito constitucional de acesso à informação.

Quanto à afirmação do presidente do TRF-5 sobre uma "aparente politização" das questões relativas ao Enem, ele disse que da parte dele a politização que existe é o tratamento de uma política pública que respeite os direitos constitucionais.

Procurado, o MEC não havia se pronunciado até o fechamento desta edição.

SEGUNDA AÇÃO

Esta é a segunda ação julgada pelo TRF-5. Em novembro, o tribunal suspendeu a liminar da Justiça Federal no Ceará que determinava o cancelamento de 13 questões do Enem para todo o país, após vazamento entre alunos de um colégio em Fortaleza.

No dia 13, a PF indiciou sob suspeita de estelionato um professor e um funcionário da escola — responsáveis, para a PF, por copiar as questões de um pré-teste do Enem.

Judiciário "ganha"

mais 25 JAN 2012

R\$ 197,7 milhões para gastar em obras

Emendas
parlamentares
engordam o repasse
de recursos para a
Justiça. Dinheiro será

usado em 177 projetos

O orçamento de quase meio bilhão de reais em obras do Poder Judiciário para 2012 foi inflado pelo Congresso. A Justiça ganhou, por meio de emendas parlamentares, R\$ 197,7 milhões a mais em autorizações de gastos para o ano. A lei aprovada contabiliza 208 projetos de obras, 177 delas a serem iniciadas durante o ano.

O valor autorizado para obras no Judiciário em 2012 é mais do que o dobro dos gastos previstos no ano passado, mostra levantamento feito pela ONG Contas Abertas. O acréscimo eleva a previsão do orçamento de obras da Justiça neste ano para R\$ 709,5 milhões.

Grande parte do dinheiro está destinada a obras suntuosas, como a sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região, com 25 mil metros quadrados, em

O orçamento de obras do Judiciário previstas para este ano está em R\$ 709,5 milhões.

Salvador. O custo dessa obra está estimado em R\$ 174,5 milhões.

A construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, é a segunda mais cara para a União e deve receber ao menos R\$ 50 milhões. O projeto é do escritório de Oscar Niemeyer. A modernização das instalações físicas da Justiça do Trabalho Nacional receberá R\$ 38 milhões.

O Supremo Tribunal Federal poderá gastar R\$ 13,4 milhões em reformas de suas instalações, prevê a lei orçamentária. A Justiça Federal vai receber cerca de R\$ 133 milhões para projetos imobiliários.

Justiça Eleitoral

Em ano de eleição, a Justiça Eleitoral também está na lista de contemplados com um total de R\$ 129 milhões previstos para 95 projetos, sendo 31 deles novos cartórios eleitorais. O empreendimento mais caro será o da construção da sede do Tribunal Regional Eleitoral no Rio: R\$ 50 milhões.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) terá R\$ 14,3 milhões para a construção de seu arquivo permanente e do anexo II da 1.ª Vara da Infância e da Juventude do DF.

25 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Ação judicial cobra moradia para despejados

Retirada dos cerca de 6 mil moradores da favela Pinheirinho ocorreu sem o planejamento de ações sociais

SÃO PAULO

Folhapress

A Defensoria Pública de São Paulo ajuizou ontem uma ação civil pública pedindo à Justiça que determine à prefeitura de São José dos Campos e ao governo do estado o acolhimento emergencial da população removida da favela Pinheirinho. Cerca de 6 mil pessoas foram desalojadas pela Polícia Militar durante o cumprimento de um mandado judicial de reintegração de posse no último domingo.

Na ação, a defensoria pede abrigos com boas condições de higiene, três refeições diárias, transporte escolar, medicamentos e equipe médica, além da concessão imediata de auxílio-moradia para todos os desabrigados e

inclusão deles em programas de habitação social. Em caso de descumprimento, a ação pede a aplicação de multa diária de R\$ 1 mil por morador desatendido.

"Os moradores do bairro foram encaminhados para abrigos improvisados em igrejas e prédios públicos da região. Defensores públicos acompanham a situação desde o último domingo e constataram a falta de estrutura dos equipamentos, com pessoas abrigadas de maneira precária em quadras poliesportivas próximas a viveiros de pombos e fezes de animais", informou, em nota, a defensoria.

Segundo o defensor público Jairo Salvador, as pessoas estão "amontoadas" em abrigos e igrejas da região, sem acesso a condições de higiene e comida. "Vimos 800 pessoas em uma escola que dispõe de apenas um banheiro com duas privadas entupidas e dois chuveiros. Além disso, em grande parte do tempo o imóvel fica sem água", disse à Agência Brasil.

A defensoria pede ainda atendimento psicológico para as pessoas desabrigadas, em especial, as crianças. A ação foi ajuizada e distribuída à 2.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José dos Campos.

Sem propostas

A reintegração de posse no Pinheirinho ocorreu sem propostas sociais concretas para as milhares de pessoas que vivem na invasão. Em oito anos de ocupação da área, os governos federal, estadual e municipal não se posicionaram em favor da desapropriação da área e não apresentaram programas habitacionais específicos para as famílias invasoras.

Apenas ontem, após a desocupação forçada, as três esferas de governo apresentaram novas medidas. A União diz querer implementar o programa Minha Casa, Minha Vida; o estado, por sua vez, ofereceu aluguel social. Ontem, o prefeito Eduardo Cury (PSDB) disse que a prioridade é dar atendimento social a curto prazo, com abrigos, vagas em creches e assistência médica.

Somente no início deste ano, quando a reintegração já havia sido determinada, um protocolo de intenções foi assinado pelo prefeito, pelo secretário estadual da Habitação, Silvío Torres, e pela secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães. O protocolo foi, no entanto, recusado pela Justiça, por falta de ações concretas.

GAZETA DO POVO

ELIO GASPARI 25 JAN 2012

Pinheirinho, a estratégia da tensão

Num conflito sempre há alguém que joga com a carta da tensão. Ele ganha quando ocorrem choques, prisões, feridos e incêndios. Na operação militar que desalojou 1.600 famílias da área ocupada do Pinheirinho, em São José dos Campos, ganhou quem jogou na tensão. Conseguiram mobilizar 1.800 PMs, numa operação que resultou em dois dias de choques, no desabrigo de 2 mil pessoas, dez veículos destruídos, quatro propriedades incendiadas e 34 presos.

A gleba foi invadida em 2004 e está avaliada em R\$ 180 milhões. É o caso de se perguntar o que poderia ter sido feito ao longo de sete anos para evitar que o maior beneficiado pelo espetáculo fosse a massa falida de uma empresa do financista Naji Nahas, que deve R\$ 17 milhões à prefeitura.

Intitulando-se líder dos moradores, está no elenco Valdir Martins, o Marron, candidato a deputado estadual pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o PSTU, residente em Vila Interlagos e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos local, como representante dos trabalhadores de uma empresa que não existe mais.

Pelo lado do poder público, o

elenco inclui o governador Geraldo Alckmin, em cujo primeiro governo ocorreu a invasão, e o prefeito Eduardo Cury, que está no cargo desde 2005. Ambos são do PSDB.

Em 2008, o advogado André Albuquerque, fundador da empresa paranaense Terra Nova, especializada em regularização fundiária, foi convidado para estudar o caso de Pinheirinho. Ele resolveu 18 litígios, legalizando lotes de 10 mil famílias, das quais 2 mil já têm escritura.

Sua metodologia é simples. A Terra Nova negocia um valor aceitável com o proprietário da gleba e os moradores, vai ao juiz que está com processo de reintegração da posse e homologa o acordo. Retirado o obstáculo que impede obras de infraestrutura na área, a empresa apresenta um projeto de urbanização à prefeitura. O proprietário recebe seu dinheiro num prazo que vai de cinco a dez anos, e os moradores pagam prestações mensais que, na média, custam R\$ 200. Em Pinheirinho, o lote poderia valer entre R\$ 3 mil e R\$ 6 mil, com prestações de R\$ 60 a R\$ 100 por dez anos. Jamais um dono de lote perdeu a casa por falta de pagamento.

Marron ouviu a proposta e informou que seu movimento não aceita negociar indenização, muito menos pagamento. Outro caminho seria o da desapropriação, pelo Ministério das Cidades, mera promessa da Viúva Federal. Nada feito. Uma reunião posterior foi boicotada pelos representantes dos moradores. Há poucas semanas, diante da ameaça de uso da força policial, apareceu uma milícia de fancaria, com escudos de latão e perneiras de PVC. Deu no que deu.

Deu no que deu porque os organizadores do PSTU, o governo de São Paulo e a prefeitura de São José aceitaram a estratégia da tensão. O governo da doutora Dilma achou que o caso podia esperar e, depois do conflito, fantasiou-se de São Jorge para matar o dragão que já havia devorado a princesa.

Desde 2008, enquanto o caldeirão de Pinheirinho ficava em fogo brando, a Terra Nova de André Albuquerque resolveu quatro litígios fundiários urbanos. Três em São Paulo (Casa Branca, Jardim Conquista e 1.º de Maio) e um no Paraná (Vila Nova, em Matinhos). Segundo ele, mais de 1.500 famílias foram beneficiadas, sem polícia.

25 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Cassada liminar que abre Enem para todos

Justiça Federal no
Ceará havia liberado o
acesso à correção da
redação para todos
os estudantes que
fizeram o exame

em 2011

Foi suspensa ontem a liminar que liberava o acesso de estudantes às provas e aos espelhos de correção das redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011. A decisão é do presidente do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF5), Paulo Roberto de Oliveira, que considerou a disputa judicial "a mais aparente politização das questões relativas ao Enem". As informações são da Agência Brasil.

Para o presidente, a decisão da Justiça Federal no Ceará desrespeitou acordo firmado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Nacionais (Inep), pela União e pelo Ministério Público Federal, para liberar o acesso às provas corrigidas a partir de 2012. O termo de ajustamento de conduta, mediado pela Subprocuradoria-Geral da República, foi assinado em agosto de 2011.

Oliveira também critica a conduta do MPF no caso, lembrando que o pedido inicial à Justiça sofreu duas alterações ao longo do tempo. Ele sugere que o órgão não sabia o que queria, mas apenas perseguia um resultado. "Se, de um lado, o exame ainda não ostenta — é fato a se lamentar — a qualidade operacional desejada, de outro não pode ser ignorado o descuido — inexistente palavra mais amena para dizê-lo — com que vem sendo judicialmente combatido."

O desembargador argumenta ainda sobre a dificuldade operacional para que os mais de 3,8 milhões de estudantes que fizeram o Enem tenham acesso às provas, preferindo o conceito de eficiência ao do direito de informação. "A disponibilização das provas e dos espelhos (...) contribuiria mais para tumultuar o certame, já tão devedor de credibilidade à sociedade, que propriamente para eficacizá-lo."

O MPF havia pedido à Justiça Federal no Ceará que o direito de acesso à redação do Enem e de pedir revisão da nota, já garantido a 12 alunos, fosse estendido a candidatos de todo o Brasil.

25 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Vereadores abusam da nomeação de comissionados

Constituição prevê equilíbrio na relação no número de cargos em comissão e servidores concursados, mas lei nunca foi regulamentada. MP vem exigindo a demissão de nomeados

Carlos Ohara

Os servidores públicos em cargos comissionados, que não passaram por concurso e foram nomeados politicamente, deveriam ser a exceção no poder público. Especialistas afirmam que o ideal é que as diversas instâncias governamentais tenham um corpo de servidores efetivos (e capacitados) para que a máquina funcione independentemente da orientação dos dirigentes políticos. Mas essa regra é ignorada por grande parte das câmaras municipais do Paraná, que têm número de comissionados muito maior do que o de concursados.

No ano passado, o Legislativo de Curitiba tinha 550 servidores comissionados e apenas 228 efetivos. Em Londrina (Região Norte),

o inchaço de comissionados se repete e eram 101 servidores não concursados para 53 efetivos. Maringá (Noroeste) tinha 104 comissionados e 60 efetivos. E em Ponta Grossa (nos Campos Gerais), eram 75 servidores em cargos em comissão contra 40 concursados.

A situação se repete em municípios menores, como Matinhos, no Litoral. A existência de um número elevado de funcionários comissionados na Câmara da cidade chamou a atenção de técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TC) em uma inspeção de 2009. Mas, quase três anos depois, o Legislativo de Matinhos mantém apenas 8 funcionários concursados e 33 comissionados.

Relação adequada

A Constituição de 1988 prevê a necessidade de haver uma relação desejável no número de cargos comissionados e de funcionários efetivos. A proporção adequada deveria ser regulamentada por lei — o que nunca ocorreu. Assim, os vereadores passaram a se preocupar mais em ter servidores de livre nomeação do que abrir concurso.

Mas uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) acabou por fixar uma orientação que está sendo usada para coibir o inchaço de comissionados nas câmaras. O STF entendeu que o Legislativo de Blumenau, em Santa Catarina, não poderia ter mais funcionários em comissão do que servidores efetivos concursados. O máximo

permitido, segundo a sentença do Supremo, seria uma quantidade igual de servidores comissionados e efetivos.

Com base na decisão do STF, o Ministério Público Estadual do Paraná (MP) vem exigindo a demissão de comissionados em várias câmaras do Paraná. Maringá se adaptou no ano passado, demitindo servidores não efetivos. E, na semana passada, o MP ingressou com uma ação para que haja corte do excesso de comissionados da Câmara de Ponta Grossa.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 JAN 2012

IRREGULARIDADES

Câmara de Matinhos vira sinônimo de problemas para TC

A Câmara de Matinhos, no Litoral do estado, é considerada por técnicos do Tribunal de Contas do Paraná (TC) como um caso emblemático de problemas que ocorrem em vários Legislativos municipais. Em relatório sobre a inspeção das contas de 2009 do Legislativo, o TC relaciona uma série de indícios de irregularidades e de má gestão na Câmara. São suspeitas de superfaturamento em notas de combustíveis, desvios de funções, excesso de comissionados (veja reportagem desta página), distorções no balanço patrimonial do Legislativo e irregularidades no pagamentos de diárias de viagem (assunto que a *Gazeta do Povo* abordou na edição do domingo).

No fim do ano passado, conselheiros do TC determinaram a instauração de uma tomada de contas extraordinária – uma espécie de investigação mais rigorosa – para apurar os indícios de irregularidades na Câmara de Matinhos. A tomada de contas extraordinária é instaurada quando há descumprimento de prazos para o encaminhamento de documentos, dados ou informações ao TC. Também é deter-

minada quando há indícios de desfalque ou desvio de dinheiro ou bens públicos.

O relatório da inspeção de 2009 havia sido enviado para o presidente da Câmara, Sandro Moacir Braga, e a administradores do Legislativo. O objetivo era efetuar as adequações e apresentar defesa. No mesmo ano, o tribunal recebeu a defesa da Câmara Municipal, mas constatou que as irregularidades persistiam.

Em julho de 2011, técnicos do TC recomendaram que o presidente da Câmara e outro servidor responsável pelas despesas fizessem uma série de devoluções aos cofres da Casa por pagamentos supostamente ilegais. A recomendação não foi acatada. Procurado pela *Gazeta do Povo*, Braga disse que não tinha conhecimento do relatório e das recomendações do tribunal.

No início deste ano, a diretoria de Contas Municipais do TC enviou ao Ministério Público o relatório contendo as suspeitas de irregularidades para que medidas cabíveis fossem tomadas a fim de “proteger o erário do município”.

33 comissionados

trabalham na Câmara Municipal de Matinhos.
Casa tem apenas 8 servidores concursados.

25 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Morosidade da Justiça atrasa prisão de “gangue da dinamite”

Já na semana passada, polícia pediu à Justiça prisões e medidas cautelares contra suspeitos de integrar quadrilha, mas solicitações ainda não foram analisadas pelo Judiciário

Desde a semana passada, uma força-tarefa integrada pelas **polícias Civil e Militar** mantém o mapeamento de uma das quadrilhas que usam explosivos para arrombar caixas eletrônicas em **Curitiba e região metropolitana**. Com as evidências, a polícia pediu à Justiça a prisão preventiva de integrantes de uma das “gangues da dinamite” e solicitou medidas cautelares para monitorar suspeitos. Cinco dias depois, no entanto, o Poder Judiciário ainda não analisou os pedidos. A informação foi confirmada na tarde desta terça-feira (24), pelo **delegado Guilherme Rangel, da Delegacia de Furtos e Roubos (DFR)**. Para ele, as prisões seriam importantes porque ajudariam a polícia a fechar o cerco aos bandidos e combater de forma mais efetiva os ataques a caixas eletrônicas. “Temos uma boa parceria com o Ministério Público e com a Justiça, mas seria bom que essas prisões fossem avaliadas rapidamente”, disse o delegado.

De acordo com um levantamento divulgado nesta terça-feira pelo **Sindicato dos Vigilantes (Sindivigilantes)**, as “gangues da dinamite” já fizeram 10 ataques neste ano, em Curitiba e na região metropolitana. Entre os alvos, estão terminais eletrônicos que ficam em mercados, shoppings e agências bancárias. Esta modalidade é a que mais preocupa a polícia, porque a ação dos bandidos passou a ocorrer durante o dia, com reféns e com o uso de armas longas (como espingardas e metralhadoras) na cobertura dos ataques. Em um dos casos, duas funcionárias de um shopping automotivo localizado no bairro **Tarumã, na capital, ficaram feridas.**

“Essas quadrilhas são formadas por bandidos de Curitiba, mas com ramificações em São Paulo”, disse Rangel. Segundo o delegado, essa modalidade de ataque começou depois que pedreiras foram assaltadas, a partir de meados do ano passado. As investigações apontam que os explosivos levados nesses roubos são usados no arrombamento dos terminais eletrônicos.

“Gangues do maçarico”

Para o delegado Rangel, a força-tarefa iniciada pela polícia na semana passada deu mostras de surtir efeito. Na madrugada desta terça-feira, a PM identificou uma casa que vinha sendo usada como quartel-general por uma das quadrilhas que usam maçaricos para violar os caixas eletrônicos. Na residência, localizada no **Parque dos Lagos, em Colombo, na região metropolitana de Curitiba**, os policiais apreenderam três veículos (um Celta, um Vectra e um Nissan Tilda) com placas de **Santa Catarina**. Também foram encontrados um maçarico, dois pés-de-cabra, luvas, lonas e “ouriços” (uma espécie de bola de pregos que é lançada na rua para furar pneus de viaturas durante as fugas). Não havia ninguém na casa no momento da abordagem.

Na semana passada, dois homens foram presos, acusados de integrar uma das “gangues do maçarico”. Segundo a polícia, eles tentavam cortar terminais eletrônicos de uma agência no Centro de Curitiba, quando foram flagrados. Na fuga, houve troca de tiros. Ambos são provenientes de Santa Catarina. “Todos esses elementos reforçam o que havíamos levantado em investigações: que as quadrilhas que atuam com maçarico são provenientes de Santa Catarina”, observou Rangel. Segundo o Sindivigilantes, foram 11 ataques com maçaricos no Paraná neste ano.

GAZETA DO POVO

FÁBIA BERLATTO 25 JAN 2012

Jornalismo da ordem

Para entender os processos sociais em que os "indesejáveis" se envolvem, é preciso recorrer sim à forma como eles expressam seus comportamentos, os seus gostos, as suas esperanças e desesperanças

Acompanhando a cobertura da imprensa sobre a implementação do projeto "Nova Luz" em São Paulo e o objetivo de acabar com a "Cracolândia", lembrei-me de como foram veiculadas, aqui em Curitiba, as ações da Guarda Municipal e da Polícia Militar no ano passado no Parque Barigui tanto contra a frequência de jovens da periferia, como contra o consumo de álcool naquele local. Gostaria de refletir sobre essa espécie de jornalismo que se pratica cotidianamente.

Nós sabemos que a imprensa dispõe de um poder real que é não apenas o de veicular, mas o de impor um modo de representação do mundo social. Por isso que os jornalistas são conhecidos como formadores de opinião. E isso se dá, em grande medida, porque a imprensa é portadora de um discurso autorizado, e por isso legítimo, sobre a realidade social. Então, mais do que produzir e difundir "informação", a imprensa contribui para que se desenvolva uma visão de mundo que reflete a forma mais comum de representar esse mundo. É por isso que ela acaba, na maioria das vezes, reforçando o senso comum.

Apesar do discurso da neutralidade, da objetividade, da função apenas informativa ou por vezes crítica, os enunciados da imprensa — sejam as reportagens, sejam as análises — devem ser tomados como uma versão negociada dos fatos.

A realidade social que o noticiário apresenta representa uma duplicação, um reforço e uma confirmação da legitimidade de um modelo de sociedade e, no caso dos eventos que citei, de uma política de segurança pública que nós adotamos.

Sobre quem sempre recaí o rótulo, que acaba se transformando em identidade; de perigoso, de intratável, de indesejável? Esses estereótipos acabam encobrendo a realidade, encobrendo o que gera, por exemplo, o elevado consumo de álcool, ou de crack, as agressões aos guardas municipais, aos policiais e destes contra os jovens que se encontram em situações que nem lhes caberia lidar.

É como se existisse uma categoria social de frequentadores dos espaços públicos — os manos, os vileiros (no caso de Curitiba) — que fosse constituída por uma espécie de inimigos não integráveis à sociedade. Eles não deveriam estar nos nossos parques, nos nossos shoppings, mas em outro

lugar. De preferência, longe dos nossos olhos. No caso do Bairro da Luz, trata-se de recuperar áreas degradadas, de combater o consumo e o tráfico de drogas através da mera "dispersão" ou eliminação dos indesejáveis.

Essa visão do mundo social que a imprensa repercute influencia o comportamento dos cidadãos e dita as políticas de governo. E essas políticas têm privilegiado o reforço do controle social pelo viés policial. Então, há uma circularidade entre o que dizem os diversos veículos e o que diz o Estado através dos seus porta-vozes autorizados. Recuperem e reparem, no caso do Parque Barigui, o que disseram os guardas municipais, o secretário de Defesa Social, por exemplo, e o que disseram os jornalistas. Os parques, os locais públicos são lugares de acesso das famílias apenas, das pessoas "de bem".

Os jornalistas acabam trabalhando muitas vezes como agentes do campo estatal tanto pelas questões que eles colocam, quanto pelas que deixam de colocar. Essa coisa da "boa sociedade" e da "má sociedade", "de gente de bem", de "gente de família", de "gente bem-intencionada", de "gente mal-intencionada" é exatamente o que a população quer ouvir. Não são assim os programas "jornalísticos" de tevê no fim das tardes? É essa percepção sobre como o mundo social estaria dividido e organizado que acaba, no fim das contas, gerando um tipo de demanda por segurança pública.

Essa circularidade entre os discursos do senso comum da imprensa e dos governos se deve aos próprios mecanismos de funcionamento da profissão jornalística, cuja lógica de concorrência restringe, entre outras coisas, o tempo, mas principalmente as fontes de informação.

Assim é que se constitui uma espécie de impregnação mútua de representações sobre o mundo social que circula, de forma viciada, entre o campo político/burocrático e o campo jornalístico, na medida em que os operadores de um e de outro se constituem em fontes de consulta recíproca. E, em geral, os "especialistas" acionados só são escolhidos na medida exata em que confirmem essa percepção.

Para entender os processos sociais em que os "indesejáveis" se envolvem, é preciso recorrer sim à forma como eles expressam seus comportamentos, os seus gostos, as suas esperanças e desesperanças. Só que não podemos deixar de lado as condições sociais e políticas que determinam as características peculiares dos seus comportamentos.

FÁBIA BERLATTO, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, integra o CESPDM – Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR.

25 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

TJ mantém licitação da capina

Loriane Comeli

Reportagem Local

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná manteve a permissão para a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) continuar a licitação dos serviços de capina e roçagem em Londrina. O mérito do recurso (agravo de instrumento) interposto pela companhia foi julgado ontem, porém, o relator, juiz substituto em segundo grau, Rogério Ribas, já havia cassado a liminar que impedia a licitação em outubro do ano passado. Mesmo assim, a CMTU não retomou a licitação - até agora, a empresa vencedora, entre quatro participantes, não foi anunciada.

A licitação cujo valor máximo era de R\$ 66 milhões foi suspensa em setembro do ano passado por decisão do juiz Mário José Vieira, da 1ª Vara da Fazenda Pública, ao apreciar ação civil pública - com pedido de liminar - movida pelo Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL).

O presidente do OGPL, Waldomiro Grade, disse que a entidade irá analisar a decisão do TJ para decidir sobre eventual recurso. Ele lembrou, porém, que o mérito da ação civil pública ainda precisa ser julgado em primeira instância. "Esperamos que ao proferir sentença,

o juiz de Londrina julgue como acertados nossos argumentos e todas as evidências que apresentamos sobre as irregularidades no edital de licitação", ponderou Grade. "Isso não elimina o exame que faremos da decisão do TJ."

O OGPL questionou o prazo do contrato de cinco anos, que, conforme entendimento de órgãos de controle, como Tribunal de Contas da União (TCU), seria ilegal. O correto seria firmar contrato por um ano e prorrogá-lo periodicamente se a empresa prestasse um serviço adequado. Outra irregularidade no edital seria o preço - maior do que o atualmente pago nos contratos emergenciais com a Visatec. O metro quadrado da capina, por exemplo, custa R\$ 0,1376, mas o edital fixa preço máximo de R\$ 0,1675. O presidente da companhia, André Nadai, não foi localizado ontem.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 25 JAN 2012

Acabou o acampamento

Depois de quatro dias, os aproximadamente 20 manifestantes que haviam montado acampamento na frente da Câmara de Vereadores de Campo Magro, na Região Metropolitana de Curitiba, resolveram sair do local, no final da tarde de ontem. Eles tentam pressionar os vereadores para que não voltem atrás na decisão que culminou na cassação do prefeito, José Antonio Pase (PMN), em sessão plenária realizada em setembro do ano passado. Desde então, Pase administra sustentado por uma liminar judicial.

Julgamento no TJ

O caso de Pase voltou a entrar na pauta de julgamentos de ontem do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, mas um pedido de vista adiou a decisão para a terça-feira da semana que vem. Os manifestantes de Campo Magro estudam a possibilidade de, agora, levantar acampamento em frente à prefeitura da cidade. Pase é acusado de corrupção, locação irregular de veículos e contratação de funcionários "fantasmas". O prefeito diz que não há provas para nenhuma das acusações.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 25 JAN 2012
Como é que fica?

Hoje o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná deve se manifestar sobre como ficará a situação dos eleitores de Curitiba que não fizeram o recadastramento biométrico no período estipulado, de março do ano passado até a semana passada. Junto com os números finais do recadastramento, o TRE deve orientar os eleitores que ficaram de fora do processo. O índice mínimo necessário de 80% de recadastramento foi atingido faltando um dia para o prazo final. Até o último momento, o TRE garantiu que não haveria prorrogação de prazo para quem tivesse que fazer o recadastramento. Por diversas vezes, o TRE alertou que todos aqueles que não se submetessem ao processo teriam o título de eleitor cancelado.

Prazo é maior

Mas, de acordo com o calendário eleitoral aprovado para as eleições de 2012, do Tribunal Superior Eleitoral, o último dia para que o eleitor possa pedir inscrição eleitoral ou transferência de domicílio é 9 de maio, faltando 151 dias para as eleições.

Preocupação dos candidatos

É bom lembrar que o número de eleitores que faltaram ao recadastramento de Curitiba é considerável. Será que os pré-candidatos a prefeito e vereadores para as eleições de outubro estão dispostos a perder esse eleitorado?

INFORME

Perguntinha

Será que o discurso de Beto Richa na abertura dos trabalhos do Legislativo ainda culpará a gestão anterior?

MAZZA

Fantasmas

Sob proteção especial, vai dar depoimento no Caixa 2 de Richa-Ducci o denunciador do esquema Rodrigo Oriente na Justiça Eleitoral.

25 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

Unimed Londrina: continua o impasse

O presidente da Unimed Curitiba, Sérgio Yoshii, conseguiu chegar a um denominador comum com os cirurgiões cardíacos que haviam pedido descredenciamento da Cooperativa de Médicos. Predominou o bom senso, dizem os observadores, e a diretoria e os cirurgiões ficaram satisfeitos com as negociações. A

informação em Ponta Grossa é a de que ocorreu a mesma coisa: Unimed e cirurgiões sentaram à mesa, dialogaram, e todos continuam credenciados pela cooperativa. Mas observem o detalhe: eles negociaram diretamente com as diretorias de suas unidades. A Coop-Card (uma cooperativa dos cirurgiões) ficou de fora das negociações, porque o presidente da Federação das Unimed, médico Orestes Pullin, conseguiu uma cautelar junto ao Tribunal de Justiça do Paraná que praticamente impediu, inibiu a atuação dessa entidade, segundo informações que esta coluna ouviu de várias fontes. Aqui em Londrina, a diretoria da Unimed, presidida pelo médico pediatra Isao Udihara não conseguiu, embora os esforços das partes interessadas, chegar a uma solução satisfatória. Em resumo: os cinco cirurgiões que citamos, outro dia, estarão descredenciados até o final do mês. Mais um, que há 15 anos já não fazia parte mais da Unimed, são seis no total. Resta aguardar os acontecimentos.

Poupadores versus bancos

De acordo com pesquisa do advogado londrinense Fernando Peloso, que tem destacada atuação na área cível, o ministro Dias Tóffoli, do STF, negou no fim do ano passado, bem no fim, o ingresso da Associação Civil SOS Consumidores, que queria acompanhar o processo poupadores X bancos. Ele já havia indeferido o ingresso para acompanhar esse recurso do Conselho Federal da OAB e da Abrap. Por que impedir entidades que representam a sociedade de observar de perto um ação do STF?

Defensoria tenta garantir acolhimento

São Paulo - A Defensoria Pública de São José dos Campos, no interior de São Paulo, ajuizou ontem uma ação civil pública para que a Justiça determine à prefeitura local e ao Estado que forneçam acolhimento emergencial para a população removida do terreno conhecido como Pinheirinho. As famílias foram retiradas do espaço no último domingo.

Na ação, a Defensoria solicita em caráter liminar que o poder público mantenha as famílias em abrigos com condições de higiene, três refeições diárias, transporte escolar, medicamentos e equipe médica, além da concessão imediata de auxílio-moradia para todos os desabrigados e inclusão em programas de habitação social. Em caso de descumprimento, a ação pede a aplicação de multa diária de R\$ 1 mil por morador desatendido.

25 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Pastor é preso no AM suspeito de estuprar crianças no PR

Rubens Chueire Jr.

Equipe da Folha

Curitiba - Um homem que se passava por pastor evangélico foi preso ontem, em Manaus (AM), acusado de ter praticado estupro de vulnerável contra quatro crianças - três de 9 anos e uma de 10 anos, no Paraná. O mandado foi expedido no último dia 13 pelo juiz Hamilton Rafael Marins, da 12ª Vara Criminal do Paraná, com sede em Curitiba. Segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), uma equipe da Polícia Civil já se deslocou para a capital do Amazonas para realizar a transferência do homem de 69 anos.

Segundo a Força Especial de Resgate e Assaltos (Fera), da Polícia Civil amazonense, o homem se prevalecta da condição

de pastor e da confiança dos fiéis para praticar os crimes. Logo após a expedição do mandado, o criminoso foi encaminhado para a Delegacia Especializada em Capturas e Polinter.

A polícia manauara estava monitorando o pastor havia uma semana, após a delegada do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctima de Crime (Nucríia), Maricy Mortagua, ter contactado os agentes solicitando apoio para localizar um suspeito de pedofilia que havia se mudado para Manaus. Todos os abusos teriam sido cometidos pelo criminoso na região de Curitiba.

"Ele estava há dois meses em Manaus e já atuava como 'pastor'. Nos esforçamos para cumprir logo a prisão preventiva justamente para evitar que no-

vos crimes fossem cometidos. Além disso vamos abrir uma investigação para saber se no período em que ele esteve aqui tiveram ocorrências do mesmo tipo", disse o delegado do Fera, Samir Freire.

A prisão foi feita às 11 horas de segunda-feira, na casa da irmã missionária do criminoso, que fica na Rua 4 do Conjunto Francisca Mendes, bairro Cidade Nova, na Zona Norte de Manaus. Ele atuava como pastor numa igreja localizada no Conjunto Caravana. O suspeito é natural de Cuiabá (MT). De acordo com a assessoria da Sesp, vídeos e imagens que comprovam o crime cometido pelo homem no Paraná serão apresentados na tarde de hoje, na sede do Nucríia, em Curitiba.

25 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Legalidade e moralidade

Há muito a prática política deixou de ser um conjunto de ações visando unicamente o bem dos cidadãos. Tanto que não são poucos os exemplos de aprovações de leis que beneficiam exclusivamente os legisladores. No caso específico de Londrina, no final de 2011 – e, portanto, no apagar das luzes do ano – os vereadores aprovaram um aumento salarial superior a 100%, passando os subsídios mensais de R\$ 5,7 mil para R\$ 12 mil. Os valores seriam válidos para o próximo mandato (2013/16).

Além do índice absurdo – uma vez que nenhum trabalhador tem um reajuste dessa magnitude em negociações normais entre sindicatos patronais e de empregados – há ainda outra questão. Foi incluído no mesmo projeto um reajuste dos subsídios, vinculado "aos mesmos índices e nas mesmas datas em que se der a reposição salarial dos servidores municipais do Legislativo" e deve ser considerado o limite inflacionário e o orçamento da Câmara. O artigo sequer chegou a ser discutido durante a sessão, o que também em situações normais causaria estranheza a qualquer cidadão. Se não há consenso nem en-

tre especialistas da área, como houve a aprovação tão célere e às escuras?

Na ocasião, a presidência da Casa justificou que "todas as categorias têm direito à reposição de acordo com a inflação". No entanto, é importante discutir a questão: vereadores não são servidores

públicos. São pessoas eleitas e com mandato definido. Não há salários, são subsídios. Tanto que os representantes do Legislativo não recebem benefícios trabalhistas como 13º salário e férias, não têm estabilidade, um direito dos servidores públicos.

Outra questão a ser considerada, e que consta no projeto, é a vinculação ao mesmo índice a ser concedido aos servidores do Legislativo. Ora, são os próprios vereadores que discutem quando o índice deverá ser aplicado para os servidores – e, agora, indiretamente para eles.

Em casos semelhantes ocorridos em outras Câmaras, o Judiciário decidiu por cancelar a vinculação do reajuste automático. No entanto, ainda que houver legalidade, o que parece difícil, há que se discutir a moralidade. Apontadas todos esses itens seria moral ou ético por parte dos vereadores que mantivessem essa vinculação?

Ainda que houver legalidade, o que parece difícil, há que se discutir a moralidade

25 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

AL gastou R\$ 30 mil em duas viagens ao interior

Valor se refere a viagens de avião de Curitiba para Cascavel e Telêmaco Borba; compromissos não foram divulgados

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - Desde que promoveu licitação para a compra de horas de voo, em novembro do ano passado, a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná fez duas viagens de avião para o interior do Estado. O custo total do serviço saiu por R\$ 30.107,90, valor que corresponde a cerca de 10% do que a Casa pode utilizar pelo período de 12 meses.

O primeiro dos trechos, Curitiba-Cascavel, de ida e volta, foi utilizado pelo presidente do Legislativo, Valdir Rossoni (-PSDB), nos dias 25 e 26 de novembro. Como o avião pernitoou em Cascavel - possibilidade prevista no contrato - houve cobrança de uma taxa específica. A outra viagem foi feita pelo primeiro-secretário da AL, deputado Plauto Miró (DEM), para Telêmaco Borba. Ele foi e voltou no mesmo dia. As informações foram repassadas pela presidência da AL.

Quando foi aberta a licitação para a compra de horas de voo, Rossoni justificou a necessidade de poder fretar um avião para que a AL pudesse ser representada em cidades do interior do Estado de forma breve, principalmente em dias

de sessões plenárias, que muitas vezes se estendem até perto das 19 horas. Outro argumento da Casa é que aviões comerciais não têm muitos horários disponíveis, dificultando a locomoção rápida para outras cidades do Estado quando há necessidade de participar de algum evento.

Vencedora da licitação, a empresa Hellsul Táxi Aéreo Ltda. foi a única concorrente do processo e fixou valor de R\$ 6.975,00 por hora de voo utilizada pela AL, para uma aeronave com capacidade para transportar sete passageiros. Por um ano, o limite de gasto com o avião pode ser de até R\$ 300 mil.

No início da noite de ontem, a assessoria de imprensa da presidência não confirmou quais foram os compromissos de Rossoni e Miró no interior, mas reforçou que as informações podem ser obtidas durante o dia de hoje. No Portal da Transparência da Casa, ainda não há informações específicas referentes ao uso do avião. A promessa é de que isso seja contabilizado a partir das próximas prestações de conta, em meio a um aprimoramento do site oficial da AL. Por enquanto, a despesa com o avião entrará na rubrica de "outros serviços de terceiros".

JORNAL DO ESTADO

25 JAN 2012

CASO RACHEL GENOFRE

Polícia investiga ligação com crime no Sudoeste

Policiais da Delegacia de Homicídios de Curitiba que investigam o assassinato de Rachel Genofre, ocorrido há três anos, foram até Francisco Beltrão, onde iriam coletar material de um homem preso no final de semana passado, acusado de sequestrar, estuprar e matar uma criança em Santa Izabel do Oeste. Detalhe é que a criança foi encontrada em uma mala, semelhante à forma como a menina Rachel foi encontrada em 2009.

O suspeito de 25 anos foi preso depois de denúncia de vizinhos, que o viram carregando uma criança no colo durante a noite. Ele teria raptado a criança e apenas 9 anos da casa da tia dela. A menina foi encontrada morta dentro da mala na casa

alugada pelo suspeito na cidade. A polícia teve que remover o suspeito para Francisco Beltrão, já que a população de Santa Izabel do Oeste ameaçava linchá-lo.

Ele também será submetido a exames e averiguação, para descobrir se houve participação dele em outros casos que ocorreram em Santa Catarina, de onde ele é oriundo.

O caso Rachel Genofre é um dos casos considerados mais difíceis para a polícia nos últimos anos. Todas as pistas até o momento deram em nada. A esperança é uma amostra de DNA encontrada na mala onde estava Rachel, que é constantemente comparada a amostras de outros casos.

Infidelidade

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) decidiu por unanimidade, na segunda-feira, cassar o mandato do vereador Ondi Afonso Kist, de Quatro Pontes, município com aproximadamente quatro mil habitantes no Oeste do Estado. Kist foi eleito pelo PMDB, em 2008, mas acabou migrando para outro partido, infringindo a regra da fidelidade partidária. A representação contra o vereador teve como base um julgamento de março de 2007 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que decidiu que o mandato pertence ao partido, não ao eleito. A ação por infidelidade partidária foi movida pelo Departamento Jurídico do PMDB Estadual, atendendo um pedido do Diretor Municipal do partido.

Quadrilha (I) — Os integrantes de uma quadrilha especializada em fraudar benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Guarulhos foram condenados pela Justiça Federal. Os 13 integrantes foram acusados pelos crimes de formação de quadrilha, estelionato e corrupção ativa/passiva por fraudar cerca de 300 benefícios concedidos irregularmente entre 2009 e 2010. O Ministério Público Federal estimou em R\$ 9 milhões o prejuízo aos cofres públicos.

Quadrilha (II) — "As investigações começaram em 2009, com a descoberta de que um técnico do seguro social do INSS se associou a outros 12 réus — entre eles um delegado da Polícia Civil de São Paulo — para praticar as fraudes. O servidor da previdência utilizou programas de computador para obter, de forma ilegal, a senha de outros servidores do INSS, principalmente médicos peritos", informou a Procuradoria.

EM BAIXA

O Tribunal Regional Federal (TRF-5) suspendeu ontem o liminar que permitia que todos os candidatos vissem as **REDACOES DO ENEM** (Exame Nacional do Ensino Médio) 2011 corrigidas. Na decisão, o presidente do TRF-5, Paulo Roberto de Oliveira, disse que "batarem nos olhos" a mais aparente politização das questões relativas ao Enem.

CONJUR

USP contesta no STF decisão sobre dívida trabalhista

24 JAN 2012

A Universidade de São Paulo apresentou no Supremo Tribunal Federal uma Reclamação, com pedido de liminar, para suspender decisão da 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo), que declarou sua responsabilidade subsidiária por uma dívida trabalhista de uma empresa de segurança, por ela contratada, em face de uma funcionária desta. A USP pede que o TRT profira nova decisão, conforme a Lei 8.666/93, Lei de Licitações.

De acordo com a universidade, a decisão do TRT-2 vai contra à proferida pelo STF no julgamento da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 16, bem como da Súmula Vinculante 10 do STF. Em 2010, a Suprema Corte declarou a constitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 71 da Lei das Licitações. Segundo o dispositivo, a responsabilidade de pagamento de encargos trabalhistas não é transferida à administração pública. Neste caso, é preciso provar a culpa do órgão público.

A 11ª Turma do TRT-2, segundo a USP, desconsidera esta norma, declarando a responsabilidade subsidiária da universidade em uma dívida trabalhista reclamada por uma funcionária da empresa de segurança por ela contratada. Além disso, a decisão regional teria violado também, a Súmula Vinculante 10 do STF, que proíbe órgão fracionário de Tribunal declarar a inconstitucionalidade ou decidir pela não aplicação de lei ou ato normativo. A competência cabe a órgãos colegiados plenos de Tribunais.

A USP afirma que os desembargadores entenderam que não seria necessário ao órgão julgador descrever as condutas concretas dos agentes públicos que caracterizam a culpa do poder público na fiscalização do contrato, pois a responsabilidade decorreu apenas do inadimplemento das obrigações trabalhistas. A universidade, no entanto, diz que "não há provas, nos autos, da suposta culpa da universidade, mas mera presunção de ausência de fiscalização". *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

RCL 13.200

CONJUR

Goleiro Bruno será ouvido sobre HC pedido por estranho

24 JAN 2012

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, determinou que o ex-goleiro do Flamengo Bruno Fernandes das Dores de Souza seja intimado pessoalmente a manifestar-se sobre a conveniência do Habeas Corpus impetrado por um advogado do Paraná, que, sem ter sido contratado, pede sua soltura. O objetivo é ouvir o goleiro sobre o requerimento do arquivamento do HC feito por seus advogados.

Os profissionais que assinam a petição afirmam que o HC foi impetrado pelo advogado paranaense sem a autorização do goleiro e contrária ^{111.788} aos interesses do requerente no momento". De acordo com o despacho do ministro Peluso, o jogador terá que informar à Suprema Corte se o advogado Dorlei Augusto Todo Bom, autor do HC questionado, está autorizado a atuar em seu nome.

"A manifestação dos advogados constituídos pelo paciente – que impetraram outro pedido de Habeas Corpus em seu favor – indica, com alguma certeza, não ser conveniente o conhecimento deste HC sem o expresso conhecimento do suposto beneficiário", afirma o presidente do STF no despacho, ao justificar a necessidade de ouvir previamente o goleiro sobre o pedido de arquivamento. Embora o artigo 654 do Código de Processo Penal permita a qualquer pessoa impetrar HC, "tal faculdade pressupõe o interesse de agir em favor do paciente", destaca Peluso.

Bruno Fernandes é acusado, com outras sete pessoas, por homicídio qualificado, sequestro, cárcere privado e ocultação de cadáver de Eliza Samúdio, em 2010. Atualmente dois HCs pedindo a liberdade do ex-goleiro tramitam no STF. Além do impetrado pelo advogado paranaense, há o HC 111.810, impetrado pelos advogados de Bruno. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF*